



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 1532/16	DATA: 01/12/2016	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 09h38min	TÉRMINO: 12h07min	PÁGINAS: 50

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO - Embaixador do Ministério das Relações Exteriores — MRE.
HAROLDO MACHADO - Assessor Sênior da Organização das Nações Unidas — ONU e representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD.
DEBORA SOUZA - Coordenadora Jurídico-Financeira do Engajamundo.
ZULEICA GOULART - Representante da Rede Nossa São Paulo.
CLAUDIO GUEDES FERNANDES - Economista e representante da Campanha TTF Brasil.
MAITÉ GAUTO - Líder de Políticas Públicas da Fundação ABRINQ — Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos.
ADRIANA MARIA MAGALHÃES DE MOURA - Técnica de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA e Coordenadora de Meio Ambiente da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais — DIRUR.

SUMÁRIO

Seminário sobre o tema Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Lauro Filho) - Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro aberto o presente Seminário *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria, Deputado Luiz Lauro Filho, também Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e que poderá ser gravado pela *TV Câmara* para ser exibido, posteriormente, na grade de programação da emissora.

Convido a compor a Mesa, primeiramente, o meu grande amigo e também membro titular desta Comissão, o Deputado Nilto Tatto e o Sr. José Antônio Marcondes de Carvalho, Embaixador do Ministério das Relações Exteriores. *(Palmas.)*

Convido também a Sra. Debora Souza, essa jovem moça, Coordenadora Jurídico-Financeira do Engajamundo. *(Palmas.)* Bem-vinda, Debora.

Convido ainda o Sr. Haroldo Machado, Assessor Sênior da Organização das Nações Unidas — ONU, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *(Palmas.)*

Quero esclarecer que cada convidado disporá de 10 a 15 minutos para a sua exposição, sendo que esse tempo, se necessário for, poderá ser estendido um pouquinho mais, visto que, após as palestras, iniciaremos os debates.

Desde já agradeço a presença de todos e peço a cada convidado que observe o tempo proposto para sua exposição. Há um cronômetro à esquerda, neste plenário, para orientá-los nesse assunto.

Informo aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo neste seminário por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados.

Servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham este seminário, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos nossos Parlamentares, ao final do debate.



Aqueles que desejarem ter acesso à rede de Internet Wi-Fi podem retirar a senha nas portarias desta Casa.

Informo que esta reunião está sendo gravada e, por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para as suas intervenções.

Peço ainda aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e em programas da Casa.

Agradeço muito a presença de todos aqui, em especial de toda a assessoria da Comissão, dos meus assessores de gabinete e desta Mesa, que está tão bem representada.

Quero agradecer muito ao Embaixador Marcondes pela recepção que nos fez na COP 22, em Marrakesh, no Marrocos, conferência de que foi uma honra para mim participar.

Eu sempre gosto de lembrar que eu tenho aprendido muito aqui, presidindo esta Comissão. Esse não é um tema do qual eu tinha muito conhecimento, mas eu tenho aprendido muito, e a COP 22 foi uma grande oportunidade para mim. Foi a primeira vez na minha vida em que estive no continente africano, o que representou um grande choque de cultura para mim. Mas tive uma excelente recepção. O Henrique, diplomata que foi enviado pelo Itamaraty, também nos recebeu muito bem.

Isto é uma das coisas boas do Parlamento e de podermos representar a Casa em eventos: conhecer pessoas, conhecer histórias. E eu quis tornar público aqui, Embaixador Marcondes, o meu muito obrigado pelo seu carinho com a nossa delegação.

Esta Comissão enviou quatro Parlamentares de forma justa e democrática: dois Parlamentares na primeira semana da COP 22 — eu, como Presidente, e o Deputado Stefano Aguiar —, e, na segunda semana, dois grandes militantes na área ambiental, que, acredito, dos titulares da Comissão, talvez sejam os dois que mais brigam e lutam aqui para defender a questão do meio ambiente e da sustentabilidade, o Deputado Nilto Tatto, que está aqui ao meu lado, e o Deputado Ricardo Tripoli.



Então, eu lhe agradeço, mais uma vez, pela sua presença, pois sei como é a sua agenda.

Agradeço muito a presença de todos vocês.

Eu vou precisar me ausentar. Vou passar a Presidência ao Deputado Nilto Tatto, que subscreveu comigo o requerimento para que pudesse acontecer este seminário.

Fico à disposição de todos os senhores da Mesa e dos presentes em plenário ou que nos acompanham pela Internet, no meu gabinete parlamentar e também no gabinete da Presidência desta Comissão.

Agradeço a gentileza que recebi, com muita alegria, das mãos do Embaixador Marcondes. Ele me condecorou com este símbolo, este *bottom* aqui no meu terno — eu até tirei meu *bottom* parlamentar para colocá-lo —, que representa o homem sustentável, simbolizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Isto é muito simbólico para mim, porque eu hoje participo, na minha cidade, de um grande evento de sustentabilidade da SANASA, que é a maior autarquia municipal de água, esgoto e saneamento do País, e poderei explicar para cada um o que são os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Eu iria ler todos, mas, pelo avançar da hora, não o farei.

Passo a Presidência ao grande Deputado Nilto Tatto e agradeço a presença de todos vocês.

Obrigado, Embaixador. Em seu nome, cumprimento toda a Mesa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Bom dia.

Obrigado, Deputado Luiz Lauro Filho, sempre generoso na condução da Presidência desta Comissão. Nós temos sempre a sorte de a Presidências aqui serem exercidas por gente que encara a Comissão de Meio Ambiente como uma das mais importantes desta Casa. Nós assim a classificamos, e não é porque nós estamos nela. Os senhores vão perceber, inclusive, que o debate do tema deste seminário hoje, tanto na parte da manhã como na da tarde, vai demonstrar o quanto esta Comissão é importante e por que o debate dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se inicia aqui nesta Comissão.



Há outras Comissões dentro desta Casa que são muito disputadas, como a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e a Comissão de Finanças de Tributação, mas aqui nós não pensamos somente no imediato. Esta Comissão nos obriga, inclusive, ao fazer o debate no Parlamento, a pensar de forma mais estratégica sobre que País que queremos, que planeta que queremos e que modelo de desenvolvimento que queremos.

Para mim também é uma honra coordenar este seminário. Este é o meu primeiro mandato e venho de uma militância ligada à agenda socioambiental no campo da sociedade civil, na qual atuava antes de ser Deputado. Então, a vida toda eu militei na área ligada a esses temas que têm tudo a ver com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Quero até anunciar aqui que, ao final desta primeira Mesa da manhã, nós vamos lançar a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Objetivos do Milênio, que será capitaneada pelo Deputado Vicentinho. Trata-se de uma frente que inova aqui dentro da Casa por ter na sua composição e na sua coordenação também a sociedade civil organizada, que vem trabalhando a implementação da Agenda 2030. Então, quero aproveitar e convidar os presentes para esse evento.

Mas vamos avançar aqui, para aprofundarmos um pouco mais os debates com os componentes da Mesa.

O tempo estipulado pelo Presidente, para cada orador, foi de 10 minutos. Se precisarem extrapolá-lo, fiquem à vontade.

Antes de conceder a palavra ao Embaixador José Antônio Marcondes, quero agradecer-lhe a recepção que nos dispensou no Marrocos. Também quero colocar uma coisa que o Deputado Luiz Lauro Filho acabou esquecendo de dizer: nós tivemos a oportunidade — incentivados que fomos, inclusive, pelo Ministro Sarney — de debater sobre o que nós estávamos negociando lá na reunião. É um reconhecimento ao papel do Parlamento. Nós participamos, inclusive, das discussões que estavam ocorrendo nas mesas de negociação. Muito obrigado por essa oportunidade.

Então, eu passo a palavra para o Sr. José Antônio Marcondes de Carvalho, Embaixador do Ministério das Relações Exteriores.



O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO - Muito obrigado, Deputado. É um prazer revê-lo novamente. Queria aqui, não em meu nome pessoal, mas em nome de toda a delegação oficial de negociadores — aqui temos um desses integrantes que participou da nossa delegação, o Sr. Haroldo Machado — e em nome do Ministério de Relações Exteriores, agradecer as tão generosas expressões de reconhecimento do nosso trabalho feitas pelo Presidente e pelo senhor.

Eu disse em Marrakesh e acho que é importante dizer aqui de novo que a participação do Brasil nessas grandes conferências faz integrar à delegação brasileira representantes da sociedade civil, representantes do nosso Parlamento, representantes do setor privado, representantes dos trabalhadores. A delegação do Brasil incorpora todos esses representantes, o que fortalece a nossa participação, dá a nossa delegação um aspecto muito democrático e representativo. Então, a presença do Parlamento e de representantes da sociedade civil, como um todo, apenas fortalece a nossa atuação. É sempre um prazer renovado poder ter essa participação tão ampla e diversa do nosso País nessas negociações.

Mas, inicialmente, deixo uma palavra de agradecimento pelo generoso convite para estarmos aqui justamente para falar de uma agenda que é conhecida, que foi negociada ao longo de vários anos.

Eu acho que um aspecto fundamental é justamente um dos títulos aqui do nosso evento, que é a transformação. Então, a Agenda 2030 é uma agenda de transformação. Mas por que é uma agenda de transformação? É uma agenda que, ao contrário do que foram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que foi uma agenda imposta aos países, melhor dizendo, não foi criada, não foi negociada, não foi gestada pelos países; houve uma imposição de cima para baixo por parte da Organização das Nações Unidas.

Com isso, não quero deixar de reconhecer os resultados positivos que ela teve, mas acho que temos que reconhecer o passo adiante que representam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 justamente num trabalho que congregou a universalidade dos países. Nós pudemos inverter a lógica do de cima para baixo para a do de baixo para cima.

Esses objetivos, os atuais 17 Objetivos, substituem os Objetivos do Milênio e, por esse movimento inverso na negociação, pudemos tirar alguns vieses que não



eram positivos nos Objetivos do Milênio, que foram seguramente muito mais orientados, eu diria, entre aspas, Deputado, “por uma cautela financeira dos países doadores” do que por princípios éticos.

O que quero dizer com isso? Veja o tema da erradicação da fome no mundo. Não devemos nos esquecer de que os Objetivos do Milênio falavam em reduzir a fome em 50%. Como podemos achar que isso é uma coisa universal ética? Se temos aqui 50 pessoas nessa situação, 25 pessoas continuarão passando fome. Não, temos que botar o sarrafo muito mais acima.

É justamente esse tipo de consideração mais ética, atendendo às demandas dos países, que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável puderam incorporar, numa negociação ampla, longa, mas sempre pensando no mote, gerado ao longo dessa negociação, de não deixar ninguém para trás. Como é que poderíamos deixar para trás 50% da população de seres humanos que infelizmente sofrem a fome? Hoje nós falamos em erradicar a fome, porque não podemos deixar ninguém para trás. Então, todos esses aspectos são importantes.

Eu gostaria de mencionar muito rapidamente que no Brasil tivemos também um amplo processo participativo de negociação, que contou com o engajamento, a presença e a contribuição de mais de 27 Ministérios, aqui em Brasília, com representantes de governos locais, estaduais, municipais e uma grande e robusta participação da sociedade civil, trabalhando, trazendo insumos, trazendo ideias, refrescando todo esse debate, o que foi muito interessante, e também com a participação da sociedade civil nos trabalhos da nossa negociação.

Esse trabalho está terminado. A agenda já é um fato, a agenda já está definida. Foi definida no ano passado, em 2015, quando nós tínhamos 15 anos para tirá-la do papel. Hoje, o tempo está correndo, e temos 14 anos; cada vez temos menos tempo. Agora é a hora de olharmos para frente e trabalharmos a implementação dos objetivos e das metas acordadas. Cada país deverá trabalhar a sua implementação.

Recentemente, no dia 27 de outubro, o Presidente da República firmou o decreto que forma a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, um foro que deverá contribuir e dar segmento a esse trabalho de articulação geral dos Ministérios com a sociedade civil. Nós teremos todos os atores



importantes para fazer esse trabalho fundamental, que é tirar isso do papel no prazo que nos resta para a implementação.

Agora a tarefa inicial, que é fundamental, é termos o plano nacional de implementação dos ODS. Na construção desse plano nacional dos ODS, nós trabalharemos a partir de uma base. Os Objetivos do Milênio, apesar de eu ter uma mirada crítica com relação à maneira como eles foram gestados, eu repito, eles tiveram efeitos muito positivos. Agora, com os ODS, nós temos que continuar esse trabalho a partir do que tivemos no passado. Isso é fundamental.

Eu queria trazer uma palavra de muito apreço por esta Casa, pelo nosso Parlamento, e ressaltar a importância que o Parlamento tem na implementação dos ODS. O Parlamento é fundamental no aspecto de sua capilaridade, para fazer chegar aos mais longínquos e distantes rincões deste País essa mensagem, levando essa nova perspectiva de desenvolvimento, esse novo paradigma de desenvolvimento abrangente, esse “armado” que representam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Então é importantíssima a participação do nosso Parlamento, e é especialmente importantíssima a participação desta Comissão, que trata do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Deputado, eu pediria que o senhor levasse aos demais membros desta Comissão essa expectativa que é nossa, dos Ministérios, dos órgãos públicos e de toda a sociedade brasileira. Para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável serão necessários recursos, e passa por esta Casa a definição da Lei Orçamentária. A Lei Orçamentária será um aspecto muito importante.

Eu acho que seria muito interessante que esta Comissão fizesse também um próximo evento em que se discutissem os aspectos orçamentários para a implementação de uma agenda tão ampla como essa e o papel fundamental que os membros desta Comissão terão, o de levar aos seus demais pares nesta Casa a centralidade que deve ter esse debate.

Um outro aspecto muito importante que eu já mencionei é essa questão da capilaridade do Parlamento, que vai ser fundamental. A implementação da Agenda 2030, a implementação de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não pode estar restrita à Capital do País. Isso tem que chegar a todos os rincões. Mais



do que chegar lá, é imperativo que os Estados, Municípios, nossas regiões e a sociedade de todo o nosso País se apropriem do tema.

Outro aspecto interessante que eu gostaria de trazer aqui é que nós tivemos nesta semana, no Tribunal de Contas da União, um evento muito interessante. Esse Tribunal, também um órgão daqui do nosso Parlamento, está se mobilizando para um trabalho de transparência de políticas públicas nacionais voltadas para os ODS. O TCU está construindo uma metodologia de avaliação de eficiência e eficácia dos principais programas governamentais. É um aspecto muito interessante que se soma a essa necessidade de nós, de novo, tirarmos do papel a Agenda 2030 e implementá-la.

Essa implementação será feita em vários níveis. Ela será feita em âmbito nacional, regional e global. Para isso, nós temos que ter um trabalho muito eficiente. Aqui no Brasil, continua-se trabalhando a construção dos indicadores nacionais, que também são um aspecto central nesse trabalho.

E nós teremos na próxima semana, conduzida pelo IBGE, uma conferência nacional de produtores e usuários de informações estatísticas. Será uma reunião extremamente importante que se casará com a implementação e tratará justamente de dispormos dos melhores meios estatísticos para que órgãos diferentes, que falam distintas línguas, trabalhem em uníssono, em conjunto, em sinergia. Então, têm um aspecto fundamental essa questão dos indicadores e esse evento que ocorrerá na semana que vem.

Eu mencionava que em âmbito regional foi criado o Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, sob o guarda-chuva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe — CEPAL. É importante que todos tenham a noção de que a Agenda 2030 é orientadora e transformadora, mas deverá, necessariamente, a partir daqueles parâmetros que foram decididos e com absoluto respeito a eles, ser implementada de diferentes formas, em diferentes lugares. Então eu me permito dizer — não sei se isto será politicamente correto ou não — que nós devemos “tropicalizar” essa agenda do desenvolvimento. Nós temos que nacionalizar essa agenda do desenvolvimento. Cada região trabalhará a seu modo, mas sempre a partir dos parâmetros traçados.



Nós teremos esse foro na América Latina e temos um foro internacional de acompanhamento, que é o Foro de Alto Nível das Nações Unidas. E já nesse Foro de Alto Nível, um foro também orientador, um foro definidor, serão apresentadas as revisões nacionais voluntárias. Países apresentarão o que vêm fazendo ou o que pretendem fazer para sairmos do atual estágio, do atual momento, para o atingimento das nossas metas.

O Brasil deverá, já no ano que vem, levar às Nações Unidas como pretende nesse processo de revisões nacionais voluntárias — relatórios, na verdade — trabalhar a implementação dos ODS. O trabalho será coletivo. A comissão a que eu me referi, criada em 27 de outubro, terá um papel muito importante, como também a participação da sociedade e de todos aqueles empenhados nesse trabalho.

Eu gostaria — acho que meu tempo já está se esgotando — de aproveitar o nome do nosso evento aqui: “transformação”. Esse é um aspecto, é um conceito que tem que ficar incutido naqueles que trabalharemos a implementação dessa agenda. E, para essa transformação, eu gostaria de apontar alguns elementos que são fundamentais. O primeiro, que eu não mencionei, é a definição de uma estratégia nacional que preveja como nós trabalharemos esses aspectos da implementação. O segundo é uma estratégia que deverá ser articulada, com indicação de prioridades nesse trabalho. Nessa articulação e nessa priorização, Deputado, nós teremos o fator indutor do Governo Federal, o fator indutor que representa o Orçamento Público da União, para justamente permitir a construção e a existência de meios para as políticas públicas nacionais que militem em favor da implementação dos ODS.

Nesse processo todo, deverá haver, dentro de uma estratégia nacional, dentro de uma capacitação do Governo e da sociedade, critérios de avaliação e de mensuração de como trabalharemos esse ponto. Evidentemente, cabe ao Governo Federal a liderança de um processo de governança, com a participação da sociedade e de todos os órgãos envolvidos, tanto estaduais quanto municipais.

Eu gostaria de terminar mencionando, Deputado, o que eu mencionei no início da minha rápida fala. É fundamental que todos os cidadãos brasileiros e todas as cidadãs brasileiras estejam a par da existência dessa agenda, que a conheçam.



É fundamental que todos os Municípios, todas as cidades, todos os Estados tenham conhecimento dessa agenda.

Essa é uma agenda riquíssima, uma agenda que tem 17 objetivos, 169 metas e 231 indicadores que deverão ser trabalhados. Realmente, essa é uma agenda desafiadora, porque visa à transformação e à mudança de paradigmas de como nós trabalharemos os aspectos ambientais, sociais e econômicos do nosso desenvolvimento. Para isso, é absolutamente fundamental e imperativo que todo cidadão brasileiro e toda cidadã brasileira tenha conhecimento dessa agenda, e eu acho que isso é um esforço.

Deputado, eu me permito aqui trazer uma sugestão para V.Exa. e para esta Comissão, dada a capilaridade, a que eu me referi, que tem o nosso Congresso Nacional. Poderíamos pensar, Deputado, no caso de esta Comissão não se reunir mais só em Brasília e ir a várias outras cidades no nosso País. Poderíamos pensar em um trabalho conjunto desta Comissão com as Assembleias Legislativas. E poderia haver um trabalho também com as Câmaras de Vereadores em vários Municípios, justamente no sentido de mostrar que existe essa agenda, de fazê-los se assenhorem dessa ideia e desses conceitos, se apropriarem dessa agenda, para que pudessem trabalhar justamente para atingir os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Sr. Deputado, passei do meu tempo.

Mais uma vez, estou muito grato pelo convite para, com enorme prazer, vir a esta Casa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Embaixador Marcondes.

Passo agora a palavra para o Sr. Haroldo Machado, Assessor Sênior da Organização das Nações Unidas — ONU, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD.

O SR. HAROLD MACHADO - Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o Sr. Deputado Nilto Tatto e o Sr. Embaixador Marcondes. Também queria cumprimentar a minha colega de Mesa, Sra. Debora Souza, da organização Engajamundo, na pessoa de quem cumprimento toda a sociedade civil



e, sobretudo, a juventude. Acho fundamental reforçar a importância da juventude neste processo.

Queria, também, agradecer pelo convite e pela oportunidade de estar aqui nesta Casa. É sempre fundamental estarmos numa Casa que é o grande celeiro das políticas públicas no Brasil. Realmente, seria fundamental que as políticas públicas do Brasil estivessem alinhadas a essa nova agenda, para enfrentar esse grande desafio que o Embaixador Marcondes estava mencionando e para que nós possamos transformar o Brasil e o mundo à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Realmente, nós temos à nossa frente nos próximos 14 anos, um grande desafio. O ano passado foi um ano extremamente profícuo para as Nações Unidas, um ano em que foi concluída uma série de processos de forma bem-sucedida. Eu gostaria, inclusive, de dizer que boa parte desses resultados e dessa série de conquistas foram alcançados também graças ao processo lançado aqui no Brasil na Rio+20, em 2012, e agradecer sobretudo a habilidade da diplomacia brasileira. Na pessoa do Embaixador, eu cumprimento a excelência da diplomacia brasileira, que garantiu que, na Rio+20, não houvesse retrocessos e tivéssemos, realmente, uma agenda voltada para o futuro, com processos claros, inclusivos, que nos permitiram, em 2015, celebrar esse conjunto de conferências e de documentos.

Não há só o caso da Agenda 2030, que tem como núcleos os ODS, mas também há um documento importante aprovado em Adis Abeba, a Agenda de Ação de Adis Abeba, em julho, na Terceira Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento. E também, em dezembro, como todos lembram, houve o Acordo de Paris adotado em dezembro. O papel do Brasil foi fundamental para a adoção desse acordo.

Como o Embaixador Marcondes também menciona, este é um ano que nos chama para a ação. É importante fazermos com que esse documento não esteja só no papel, que seja uma realidade.

Nós temos que lembrar que há alguns princípios importantes na Agenda. A Agenda não é só o conjunto dos ODS, embora ele seja o núcleo, é uma agenda importantíssima. Convido todos e todas a lerem a Agenda, a se apropriarem dela, porque há mensagens extremamente relevantes.



Uma questão fundamental é nos lembrarmos da universalidade. Como o Embaixador Marcondes disse, esta é uma agenda pela qual todos os países são convocados a agir em todas as esferas. Ela é muito diferente da agenda anterior das Nações Unidas, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, porque, como o Embaixador mencionou, a formulação foi bastante diferente nesta agenda. Era uma agenda focada, havia um escopo espacial para os países em desenvolvimento, sobretudo àqueles de menor desenvolvimento relativo. O foco da agenda dos ODMs era, sobretudo, o combate à pobreza extrema e à fome. Aqui há uma agenda bem mais ambiciosa e mais abrangente, que não é só para os países em desenvolvimento, mas para todos os países do mundo. E é fundamental que os países desenvolvidos tomem a frente em relação a uma série de questões, sobretudo para reverter os padrões insustentáveis de produção e consumo.

Quando eu digo que a Agenda é universal, não é que ela tenha que se aplicar de forma igual para todos. Os objetivos são os mesmos e todos queremos que eles sejam concretos e concretizados. No entanto, devemos nos atentar sempre para as especificidades de cada país, para as circunstâncias nacionais dos países, para as capacidades dos países, que são diferenciadas, e para os recursos, que também são diferenciados. Então, apesar dessa questão da universalidade — isso é muito importante —, a especificação e ter esse olhar para as circunstâncias nacionais são muito importantes também.

Outro ponto fundamental que é sempre importante lembrar é a integração. Há uma frase muito clara na Agenda que diz que o conjunto dos ODS é integrado e indivisível. Essa é uma mensagem fundamental, porque esses 17 objetivos não podem ser vistos como 17 caixinhas em separado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Ali estão os símbolos dos 17 Objetivos — eu acho que as pessoas estão começando a reconhecer essa iconografia —, que não devem ser vistos como 17 caixinhas em separado. Eles são extremamente integrados, e essa visão da integralidade é fundamental para que nós possamos combater os problemas de forma eficaz.

Um exemplo que eu sempre dou e que acho que é bastante ilustrativo é a questão da zika. A zika foi um problema que a sociedade brasileira enfrentou



recentemente, mas que nos remete a várias questões: à pobreza, à desigualdade, ao saneamento, à saúde, aos direitos sexuais e reprodutivos, ao papel da mulher, a uma série de questões. Percebe-se que não adianta atacar só uma questão.

Então, sem trabalhar em relação ao Objetivo nº 6, de saneamento; ao Objetivo nº 10, de redução de desigualdade; ao Objetivo nº 11, de cidades sustentáveis; ao Objetivo nº 12, de consumo e produção sustentáveis, é impossível termos um combate eficaz desses problemas.

Outra questão que eu gostaria de mencionar é o grande chamado da Agenda de não deixar ninguém para trás. Acho que esse é um apelo fundamental, um apelo de inclusividade, um apelo que chama todos nós a combater a pobreza e as outras mazelas do mundo de forma integral, e não focando apenas nas médias estatísticas.

As médias estatísticas, infelizmente, não refletem totalmente a realidade. É fundamental desagregar os dados, para que nós possamos, realmente, verificar aquelas pessoas que estão mais excluídas, os segmentos mais excluídos, todos aqueles dos grupos mais vulneráveis que merecem uma atenção especial. Para isso, obviamente, as três dimensões do desenvolvimento sustentável — social, econômica e ambiental — têm que estar presentes em qualquer um desses objetivos. Qualquer solução para tratar esses objetivos tem que verificar essas três dimensões.

Novamente, a questão da zika é uma ilustração clara de como uma questão integrada. Sem uma visão em relação a essas três dimensões, pouco resultado pode ter de forma efetiva.

Como o Embaixador Marcondes mencionou, trata-se de uma agenda extremamente ampla, porque, além desses 17 objetivos, há as 169 metas. Eu também convido as pessoas a lerem a Agenda e a lerem as metas. Infelizmente, aqui não é possível entrarmos nos detalhes de todos os 17 objetivos e das 169 metas, mas eu acho que ali há uma riqueza de temáticas extremamente importantes para a consideração de políticas públicas no Brasil. Eu acho que esse é um poderosíssimo instrumento de planejamento, o que nos oferece uma bússola para que possamos abordar de forma séria essa série de questões.

É fundamental que essa agenda não seja vista como uma agenda das Nações Unidas. Ela foi adotada no âmbito das Nações Unidas, mas é de todos. Nós



até brincamos que a agenda é para Chefes de Estado e para chefes de família. Na verdade, ela atinge todos os setores, os governos e os poderes. Por isso é importante realizar este evento aqui no Congresso Nacional.

Infelizmente não vamos conseguir lograr algum sucesso sem a efetiva participação da sociedade civil. Fico feliz em ver vários representantes da sociedade civil neste evento hoje. Também não podemos nos esquecer do setor privado; da comunidade acadêmica, que vai ser muito importante na questão da desagregação dos dados e metodologias que nos ajudarão a criar soluções para buscar o desenvolvimento sustentável; e da mídia, porque essa é uma mensagem que tem que chegar a todos, e a mídia tem um papel importante nesse sentido.

O Embaixador Marcondes mencionou o TCU, um órgão ligado à Casa. Eu acho importantíssimo reconhecermos os grandes esforços do TCU em relação a essa agenda e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O TCU abraçou essa causa; é impressionante.

Amanhã mesmo eu irei a São Paulo, onde já está acontecendo o Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, com a colaboração do TCU e dos Tribunais de Contas dos Estados — TCEs, que também abraçaram essa agenda. Eu recebi um relatório extremamente interessante de alinhamento de auditorias à luz dos objetivos de desenvolvimento sustentável. E esse relatório é internacional, é o TCU vai mostrar boas práticas ao mundo, por meio da INTOSAI. O Brasil está, mais uma vez, exportando boas práticas.

Eu gostaria simplesmente de passar mais dois eslaides. Eu quero apenas chamar a atenção para a Plataforma Agenda 2030, lançada há 1 mês na Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, a Habitat III, pelo PNUD e pelo IPEA, que também vai falar daqui a pouco, eu acredito. Essa plataforma tem a pretensão de ser um grande programa de acompanhamento de todas as ações até 2030, inclusive das metas e dos indicadores quantitativos, que essas metas sejam acompanhadas.

Essa é a primeira versão da plataforma, que está longe de ser finalizada, mas nós decidimos fazer tal qual o processo de elaboração dos ODS e da Agenda 2030. Nós queremos um processo participativo de construção dessa plataforma. Então há um ícone ao lado, no qual a pessoa pode clicar e enviar sugestões de como essa



plataforma pode ser adaptada para que evolua e reflita o que todos querem de acompanhamento dessa agenda.

Já estamos conversando com a sociedade civil, de forma que possamos criar um portal para os vários esforços que estão acontecendo no Brasil. Então convido a todos e a todas para visitarem o www.agenda2030.com.br, que logo estará disponível como .org.br, que é o mais apropriado.

Eu vou terminar dizendo mais uma vez que a Organização das Nações Unidas está à disposição para trabalhar juntamente com o Governo, com a sociedade civil, com o setor privado e com os demais setores. Há uma força-tarefa do sistema ONU no Brasil, que tem 19 organismos das Nações Unidas e que conta também com a participação do Governo. Eu simplesmente “co-coordeno” essa força-tarefa, mas tenho a honra de contar com a “co-coordenação” do Governo brasileiro, na pessoa do Conselheiro Mário Mottin, do Itamaraty, que está aqui presente. Nós queremos servir ao Governo brasileiro da melhor forma, para que essa agenda seja uma realidade e para que todos nós possamos, em 2030, ter um mundo mais justo e mais inclusivo.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Haroldo.

Terá palavra agora à Sra. Debora Souza, Coordenadora Jurídico-Financeira do Engajamundo, que está falando aqui pela sociedade civil.

Sentimos muita alegria em ter aqui o Engajamundo, que mobiliza a juventude com muita garra e muita determinação, o que é fundamental para este debate, a fim de que o capilarizemos por toda a sociedade.

Passo a palavra à Debora Souza, por 10 minutos, tempo que pode ser extrapolado, caso seja necessário.

A JOVEM DEBORA SOUZA - Obrigada, Deputado.

Bom dia a todas e a todos! Eu queria agradecer o convite e o cuidado de se ter nesta Mesa, junto com os senhores, a representação da juventude, e por intermédio de uma mulher jovem.

Venho representando o Engajamundo, uma organização de jovens que faz *advocacy* para alguns temas, entre os quais está o desenvolvimento sustentável.



Nós trabalhamos nessa agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável desde 2012, desde a Rio+20.

Antes de abordar este nosso escopo de atuação, porém, lembro que fazemos parte do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, que na verdade foi construído a partir da percepção de que várias organizações convergiam em pautas, trabalhando com os ODS, e de que seria preciso uma união entre essas organizações, não só para exercermos certa pressão sobre o Governo, mas também para fazer a temática dos ODS crescer na própria sociedade civil. Assim, o Engaja faz parte desse GT, que é composto por várias outras organizações.

O bacana disso é que, a partir dessa coalizão de organizações, conseguimos abrir um diálogo legal com o Governo — e queremos agradecer ao Deputado Nilto Tatto e ao Deputado Luiz Lauro Filho, que deram seguimento às pressões do Grupo de Trabalho. Houve a criação da Comissão Mista dos ODS e também o anúncio, hoje, da criação da frente parlamentar. Acho que muito disso veio dessa coordenação e articulação do Grupo de Trabalho, do envolvimento de várias organizações da sociedade civil e também desse canal de diálogo aberto com o Governo.

Eu achei muito importante e muito legal ter ouvido, tanto na fala do Sr. Marcondes quanto na fala do Sr. Haroldo, palavras sobre a importância do envolvimento da sociedade civil no processo. Realmente acredito que uma das grandes falhas dos ODNs, e isto foi muito perceptível, foi justamente a falta desse envolvimento tanto na construção ou negociação do que seriam os objetivos quanto na implementação deles, na fase posterior. Houve uma participação, um pouco tímida, da sociedade civil, mas foi um aprendizado muito grande, que foi utilizado para se fazer de forma diferente em relação aos ODS. Mais uma vez, o Grupo de Trabalho vem com essa importância de se trazer a voz da sociedade civil para dentro do processo.

E há algo muito legal nisso tudo. Eu tive oportunidade de participar um pouco das negociações dos ODS. Particpei de duas Assembleias-Gerais e de duas Conferências das Partes — COPs. Percebemos certa controvérsia no posicionamento e mesmo nas políticas públicas. A controvérsia se dá entre o que é



negociado, o que é falado lá fora, e o que realmente é feito no âmbito nacional e como isto chega até o âmbito local.

Um exemplo — e o Sr. Marcondes sabe que este é um dos nossos grandes pontos — foi do Artigo 6 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O Brasil assinou a Convenção. Um dos artigos falava sobre haver um ponto focal para se falar de educação ambiental em âmbito nacional. Apesar de o Brasil ter assinado a Convenção, o País ficou muitos anos sem ter esse ponto focal. E é um ponto bastante estratégico começar desde a educação básica e ir até a educação superior, para se ter essa educação ampliada e se falar sobre temas ambientais também.

Então, vimos isso sendo acordado lá fora, mas no âmbito nacional não era feito. No ano passado foi apontado um jovem para coordenar essa questão da educação ambiental, o que já foi um grande avanço, mas por alguns anos isso não aconteceu. Acho que a grande importância de a sociedade civil ser envolvida no processo se deve justamente à necessidade de haver o *check and balance*, como chamamos, para garantir que o que está sendo negociado lá fora seja também implementado em âmbito nacional e chegue, de alguma forma, ao âmbito local.

Entrando um pouco no histórico dos ODS, que acho que são uma parte da proposta da Mesa, registro que o Engajamundo surgiu justamente a partir da Rio+20, quando participamos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que aconteceu aqui no Brasil, no Rio de Janeiro, quando do aniversário de 20 anos da Eco 92. Nós participamos da Conferência e lá percebemos a falta de incidência da juventude, mas principalmente a juventude do Sul global, nesses espaços de negociação internacional.

Ligando as coisas, pergunto: se não há uma participação efetiva da juventude no âmbito internacional, como trazer essas pautas, que são decididas a portas fechadas geralmente, para o âmbito nacional, para o âmbito local e para o dia a dia da juventude e de outros atores da sociedade civil?

A partir desse incômodo que percebemos na Rio+20, nós criamos o Engajamundo. Hoje trabalhamos com outros temas, e um deles é o desenvolvimento sustentável. Então acompanhamos, desde a Rio+20, a negociação dos ODS.



E logo em 2013, quando foi convocado o Painel de Alto Nível, pelo Secretário-Geral da ONU, nós desenvolvemos também uma consulta. Consultamos jovens das cinco Regiões do Brasil para saber justamente quais eram as prioridades da juventude para essa agenda, para termos um foco maior de representação.

Também desenvolvemos uma metodologia de formação, porque nós formamos jovens em universidades e em escolas públicas do Brasil todo. Continuamos fazendo isso — acho que foi o Haroldo que falou a respeito —, pela importância de se capilarizar a informação e fazê-la sair dessa bolha. Hoje quem trabalha com os ODS sabe o que eles são, sabe a importância deles. Sabemos que estamos numa bolha, e é importante que a informação saia e chegue aos mais variados setores da sociedade civil. Nós desenvolvemos essa metodologia de formação justamente para garantir essa territorialização dos ODS, para garantir, então, que isso chegue aos Municípios, às escolas, às universidades, enfim, para que saia dessa bolha de organizações que trabalham com o tema.

Além dessa participação mais local, nós fazemos algumas ações diretas sobre os ODS e também participamos de eventos em âmbito nacional, como este, por exemplo, ou a audiência pública que vai acontecer a seguir. No GT essa articulação nacional fica mais clara. A nossa participação nacional se dá no grupo de trabalho da sociedade civil, após 2015, e em âmbito internacional nós participamos também de negociações.

Como os ODS abrangem muitos outros temas, nós acreditamos também que envolver outras conferências internacionais e outros temas também é importante para garantir uma integralidade da Agenda. Então nós participamos também de outras conferências, como a Habitat, a COP da Biodiversidade vai acontecer no mês que vem.

Enfim, tudo isso é para garantir mesmo a participação da juventude, não uma participação vazia, mas uma participação qualificada. Que existam espaços para a participação da juventude! É bastante importante também que existam esses espaços para que possamos participar.

Eu vou ser bem breve. Aliás, já estou sendo, já estou quase terminando. Eu gostaria mesmo de enfatizar uma coisa que o Haroldo disse ontem num evento em que estávamos: a importância da participação da juventude nesse processo. Em



muitos discursos, nós ouvimos que, sim, que isso é uma coisa bem bonitinha, mas a juventude deveria ser o centro dessa agenda. Por quê? Porque nós temos o diferencial, digamos assim, de que hoje somos protagonistas, somos agentes de transformação. Então podemos fazer parte disso e ser parte da solução para a implementação e a negociação dos ODS, mas, daqui a 14 anos, quando formos ver o balanço do que realmente essa agenda fez, do que essa agenda transformou, nós é que vamos estar lá também fazendo esse balanço e vamos ser os receptores dos resultados dessa agenda. É por isso que é muito importante o jovem estar no centro disso; uma tecla em que batemos muito. E ouvimos muito isso em alguns discursos. Quando há uma representação da juventude, sempre é dito: *“Olha, é importante a juventude estar aqui representada”*. Nós batemos muito nessa tecla porque não vemos isso realmente sendo feito.

Ontem nós estávamos num evento da sociedade civil em que foi mostrada uma pesquisa feita com várias organizações da sociedade civil. Dessas organizações, 70% dizem que trabalham com jovens. Mas quanto desses 70% realmente é composto por jovens?

Acho importante deixar aqui o recado de se ver o jovem não só como receptor de políticas públicas, como objeto, mas também como parte da solução. Esperamos que os jovens sejam incluídos no processo de tomada de decisão mesmo, mas não com uma representação vazia ali, uma representação não qualificada, só para haver número, só para haver uma representação. Esperamos que seja efetiva mesmo a criação de um espaço para a participação qualificada, no processo de tomada de decisão, agora na implementação dos ODS. Nós avançamos bastante com a criação da Comissão e da Frente Parlamentar.

Aqui fica o meu pedido para que, nesses espaços que foram criados e que representam um grande avanço, na participação mais efetiva da sociedade civil, seja separado um espaço para a juventude, a fim de que isso seja integralizado mesmo com os outros setores da sociedade civil.

É esse o recado que eu tinha para passar. Eu fico aberta para as perguntas que acho que vai haver.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado Debora.



Quero agradecer aos componentes desta primeira Mesa: Embaixador Marcondes, Haroldo e Debora.

Vou desfazer esta Mesa para iniciar a próxima. Eu peço que, se puderem, fiquem até o final, porque, se houver tempo, vamos fazer debate. O Embaixador Marcondes tem outro compromisso, mas há colegas aqui.

Obrigado, Embaixador.

Para tratar do tema *Transparência, Governança e Meios para a Implementação da Agenda 2030*, eu queria convidar para compor a Mesa a Sra. Zuleica Goulart, representante da Rede Nossa São Paulo (*palmas*), o Sr. Claudio Guedes Fernandes, economista e representante da Campanha TTF Brasil (*palmas*); e a Sra. Maitê Gauto, Líder de Políticas Públicas da Fundação ABRINQ — Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos. (*Palmas*).

Também está prevista a participação de um representante do IPEA — Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas. Como ele não chegou ainda, vamos dar andamento à reunião e depois, quando ele chegar, passa a compor a Mesa.

Então, passo a palavra à Sra. Zuleica Goulart, por 10 minutos.

A SRA. ZULEICA GOULART - Bom dia a todas e a todos aqui presentes

Obrigada, Deputado Nilto Tatto.

Agradeço também o empenho dos senhores da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, que, desde o ano passado, quando houve a primeira reunião do Grupo de Trabalho da sociedade civil, nos receberam muito bem e rapidamente atenderam à nossa solicitação de realização desta audiência pública.

Mais recentemente, e à época também, soube que o Deputado Nilto Tatto teve uma participação bastante importante na aprovação no plenário da Comissão. E também agora o Presidente Luiz Lauro e o Deputado Nilton Tatto tiveram participação na aprovação da realização deste importante seminário com a participação da sociedade civil.

O tema que vamos tratar aqui é *Transparência, Governança e Meios para a Implementação da Agenda 2030*. Acho que a Débora fez uma exposição do papel deste GT, que tem dado uma contribuição importante e que, desde a Rio+20, tem acompanhado as negociações dos ODS e também de outros fóruns internacionais.

Eu acho que grande parte dos representantes das organizações de sociedade



civil aqui presentes esteve acompanhando também a COP21, quando foi aprovado o Acordo de Paris, e a Habitat III, muito recentemente, com a aprovação da Nova Agenda Urbana.

Para nós foi uma alegria saber que, ao final, a Nova Agenda Urbana pela primeira vez destacou o direito à cidade como algo fundamental. Acho que isso foi um destaque muito importante da Nova Agenda Urbana. Acredito que, na realidade, não se encerrou um ciclo, mas houve todo um processo da Agenda de Paris, depois dos ODS e, agora, da Nova Agenda Urbana.

Eu quero trazer aqui também um pouco da importância da participação da sociedade civil não só no acompanhamento e monitoramento dessas agendas globais. Eu acho que os ODS têm uma agenda bastante desafiadora. Nós temos, como muito bem disseram aqui tanto Embaixador Marcondes quanto o Haroldo, os 17 Objetivos e as 169 Metas; temos um conjunto de indicadores globais, não temos ainda definidos os indicadores nacionais.

É uma demanda também — gostaria de registrar aqui — da sociedade civil participar mais ativamente do processo de definição desse conjunto de indicadores globais que vão balizar a Agenda 2030 no País.

De qualquer forma, essas organizações que compõem o GT, desde antes da Rio+20, têm acompanhado todo esse processo, e esse GT acabou nos fortalecendo, somando esforços para, de alguma forma, tentarmos incidir nesse processo de planejamento da implementação da Agenda 2030 no País.

Quero registrar também, antes de entrar exatamente na questão do tema, que foi uma alegria quando tivemos a notícia da divulgação do Decreto de Constituição da Comissão Nacional para a implementação da Agenda 2030. Essa é uma demanda — está aqui o Mário Mottin, que tem nos acompanhado há muito tempo — do GT desde 2015. Inclusive tínhamos a expectativa de que esse decreto fosse apresentado em Nova York, em setembro do ano passado, quando foram aprovados e assinados os ODS da Agenda 2030, e tivemos todo um processo de conversas com o Governo Federal.

Aliás, quero registrar o nosso agradecimento também ao Mário Mottin, por ter nos acompanhado e ter sempre sido um parceiro nosso do Governo Federal.



Para nós, isso é uma alegria, porque acho que é a Comissão vai proporcionar um espaço para que a sociedade civil de fato participe mais ativamente da implementação, da definição de estratégias para alcançar os ODS. Nós já perdemos 1 ano nesse processo; não se fala mais em agenda de 15 anos, mas sim de 14 anos. Portanto, perdemos 1 ano nesse processo. Mas fica aqui registrada a nossa alegria.

Agora estamos na expectativa de participar ativamente dessa Comissão, que, pelo que o decreto sinaliza, tem oito vagas para a sociedade civil. Eu até trouxe aqui, mas talvez alguém possa falar depois da composição.

Enfim, agora quero falar na questão da transparência. Eu acho que, a partir do momento que temos esse desafio, como tivemos, e eu acho que muitos aqui também participaram do processo dos ODMs. Alguns aqui presentes estiveram mais ativamente nessa agenda.

Agora eu acho que a questão dos ODSs nos traz um desafio ainda maior. Uma agenda global, se não tiver uma participação da sociedade civil, o que é crucial, não irá para frente. O Haroldo colocou bem, que obviamente o setor privado é importante, a academia é importante e os gestores Prefeitos e Prefeitas têm um papel fundamental. Os governos locais, na realidade, têm um papel fundamental. E aqui eu vou colocar mais um pouco essa experiência de levar essa agenda mais para os governos locais.

Eu acho que a sociedade civil que vai fazer a diferença nessa agenda. Nós temos aqui um grupo bastante dedicado a essa agenda. Obviamente que cada um tem sua agenda temática, trabalha mais dedicado a uma temática, dentro desse conjunto da agenda global dos dezessete ODSs, mas eu acho que isso é irrelevante neste momento. A soma e a dedicação de todos para contribuir para a implementação dessa agenda é fundamental.

Eu vou tratar mais especificamente da questão da municipalização dos ODSs, por conta do tema que seja transparência, governança e meios de implementação.

Eu sou da Rede Nossa São Paulo, que congrega aproximadamente 700 Organizações da Sociedade Civil na cidade de São Paulo, que tem tido uma atuação desde 2007, num processo contribuição, de incidência política, de acompanhamento e monitoramento da gestão.



Em 2007, logo após termos lançado essa Rede Nossa São Paulo, nós conseguimos uma grande vitória na cidade de São Paulo, que teve um diferencial enorme, que foi a aprovação do Plano de Metas na cidade de São Paulo. Esse plano obriga o Prefeito eleito ou reeleito a apresentar, em 90 dias após a posse, um plano de metas para os 4 anos de gestão, contemplando diretrizes de sustentabilidade e também tudo o que foi apresentado no plano de Governo dele durante a campanha eleitoral.

Na realidade, essa é uma ferramenta que nós temos utilizado muito, fazendo um balanço e acompanhamento dessas metas dos Prefeitos que existem desde 2007. Isso faz uma diferença enorme, porque dá uma transparência maior para a gestão pública. A sociedade civil é fundamental e deve ter de fato participação ativa nos processos de decisão das políticas públicas para enfrentar as desigualdades nas cidades.

Enfim, a Rede Nossa São Paulo tem tido um papel importante de acompanhamento e monitoramento das políticas públicas e também apresenta propostas.

Em 2012, lançamos o Programa Cidades Sustentáveis. Esse programa, na realidade, oferece uma agenda de sustentabilidade para os Municípios, contemplando doze eixos temáticos, que vão desde governança, saúde, mobilidade urbana, equidade, justiça social, um banco de boas práticas e um conjunto de indicadores. O compromisso do Prefeito é trabalhar com esse conjunto de indicadores, fazer um diagnóstico do Município e o plano de metas para os 4 anos de gestão. Neste momento em que eu estou assumindo, qual é o diagnóstico desse Município dentro desses doze eixos temáticos e o que eu quero deixar para o final do meu mandato, nos 4 anos de gestão?

Então, esse é um trabalho que temos feito desde 2012. Já estamos finalizando essa gestão de 2013/2016. Fizemos um trabalho agora. A partir de setembro do ano passado, quando foram aprovados os ODSs, o Programa Cidades Sustentáveis, entendendo que era fundamental municipalizar essa agenda, começar a trabalhar, sabendo que nós tínhamos pela frente uma eleição municipal, os ODSs foram aprovados em setembro de 2015, e nós já tínhamos, obviamente, a perspectiva de uma eleição municipal em 2016 e começamos a fazer uma



campanha nacional para... Aliás, primeiramente, definimos por incorporar os ODSs a essa agenda do Programa Cidades Sustentáveis e já trabalhar na campanha eleitoral, levando essa agenda para os candidatos às eleições municipais de 2016.

Atualmente, nós temos 285 cidades signatárias do programa, dentre elas 22 capitais e diversas cidades médias e pequenas muito engajadas. Durante a campanha eleitoral, fizemos uma mobilização nacional, houve aproximadamente 600 cidades que fizeram a adesão, mas, ao final da eleição, temos hoje aproximadamente 130. Já vamos iniciar janeiro de 2017 com um compromisso com essa agenda dos ODSs. A partir de um momento, trouxemos os ODSs para dentro dos eixos temáticos. Para cada um deles, fizemos uma relação com os ODSs, quais as metas propostas para aquele ODSs e qual a relação com o eixo temático.

Eu vou passar rapidamente... Já está terminando meu tempo. *(Pausa.)* Eu já falei da carta-compromisso, das ferramentas, há um banco de boas práticas nacionais e internacionais, mas quero só mostrar um... A leitura não está aqui. Acho que não vai dar para passar. Eu ia mostrar mais ou menos para vocês qual a relação que fizemos com cada eixo temático, relacionando com os ODSs.

Por fim, nós tínhamos um conjunto de indicadores para os doze eixos temáticos. A partir do momento em que nós incorporamos os ODSs a essa agenda, nós vimos a necessidade de ampliar esse número de indicadores, visto que a agenda dos ODSs era muito mais robusta e nós a tínhamos incorporado a esses doze eixos temáticos. Então, nós levantamos um conjunto de indicadores. Eu acho que alguns parceiros da sociedade civil nós incorporamos, porque fizemos um exercício de reunir algumas propostas também para enviar para a ONU no processo de construção dos indicadores globais. Incorporamos esses indicadores e também um sistema ONU-Brasil — acho que no início deste ano —, em que se apresentaram subsídios para o Governo brasileiro. Também se registrou um conjunto de indicadores que são subsídios para o Governo brasileiro. Muitos desses indicadores foram utilizados.

Então, hoje, temos um total de 260 indicadores, mas o gestor público vai escolher diante de três faixas populacionais: pequenas cidades, médias, grandes e metrópoles. Pequenas cidades, 100 indicadores; médias, 125; e grandes e



metrópoles, 150 indicadores que vão ser escolhidos para trabalhar nos 4 anos de gestão.

Acho que este é um processo, é uma iniciativa que traz a agenda dos ODSs para os Municípios, para os gestores públicos, que têm um papel muito importante na definição de políticas públicas e que, obviamente, terão resultados. Trata-se de um conjunto de políticas públicas para atingirmos, alcançarmos os ODSs em 2030, para haver maior transparência em relação aos relatórios de acompanhamento dessas metas, o que eu acho fundamental.

Finalizando, coloquei aqui um pouco dessa experiência, mas queria também registrar a importância do processo transparente do Governo brasileiro de implementar essa agenda aqui no Brasil.

Temos hoje a constituição da Comissão Nacional, mas a sociedade civil espera de fato que ela seja ouvida e considerada em todos os processos, nas estratégias, nas definições dos indicadores para a implementação dessa agenda aqui no Brasil. Acho que ainda temos muito a contribuir.

Este seria o nosso recado hoje.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Zuleica Goulart. (*Pausa.*)

Passo a palavra, agora, ao Sr. Cláudio Guedes Fernandes, representando a Campanha TTF Brasil.

O SR. CLÁUDIO GUEDES FERNANDES - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Nilto Tatto pelo convite da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Bom dia a todas as pessoas presentes em plenário!

Estou aqui representando a Campanha TTF Brasil, que é para a tributação de operações financeiras no âmbito internacional. Como os senhores sabem, nós temos no Brasil o IOF — Imposto sobre Operações Financeiras, mas nós gostaríamos de transformar o IOF também numa maneira de fazer mobilização de recursos para a Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável no âmbito internacional.

Para iniciar esse processo, vou colocar um pouco de contexto e importância. Já que estou falando no tema também de transparência da agenda, é muito



importante que nós tenhamos controle social, ou seja, a participação da sociedade civil, dos meios empresariais, acadêmicos, além dos governos envolvidos, para termos certeza de que o processo é multifacetado, mas, ao mesmo tempo, tem aporte de todos os atores sociais envolvidos para garantir resultados promissores e não somente estatísticos. Para tal, precisamos da participação da sociedade civil, como já foi expressado por vários palestrantes.

Eu vou concentrar, especialmente, na parte de mobilização de recursos. Ou seja, investir para implementar agenda, que é o primeiro desafio, na verdade, que está ocorrendo no mundo. Vou dar, primeiro, um contexto do que está acontecendo no mundo durante 2 minutos.

Vocês estão vendo esse quadrado verde e aquele pequeno quadrado amarelo na ponta. O PIB Global é de 78 trilhões de dólares no ano de 2015. O grande quadrado verde representa o valor nocional do sistema financeiro internacional, que, segundo o Banco de Compensações Internacionais, representa mais de 70 vezes o valor do PIB global, ou seja, o PIB de todos os países somados. Temos o sistema financeiro, que tomou bastante fermento, principalmente nos últimos 30 anos, a partir das políticas...

(Não identificado) - Quantas vezes?

O SR. CLÁUDIO GUEDES FERNANDES - Mais de 70 vezes o valor do PIB Global. Esses são dados oficiais do Banco de Compensações Internacionais.

Há outro dado que não está aí, mas que o Deputado perguntou e é muito interessante: apenas o mercado de derivativos, ou seja, o mercado que é utilizado para a administração de riscos financeiros, mas também é utilizado para um processo de especulação, segundo a CIA americana, só esse mercado de derivativos tem um valor nocional, a quantidade de valores que estão sendo comercializados, transacionados nesse processo, de 11 vezes o valor do PIB Global. Para se ter ideia do nível e do tamanho do mercado financeiro, apenas o mercado de câmbio, a comercialização de moedas, opera, por dia, 4,3 trilhões de dólares, 7 dias por semana, porque não tem feriado no mercado de cambio. Então, pensamos: há bastante recurso, bastante capital depositado e circulando no sistema financeiro do mundo.



Qual é o grande desafio para a Agenda 2030 para o de Desenvolvimento Sustentável? Segundo a Agência para o Meio Ambiente das Nações Unidas, serão necessários em torno de 3 a 5 trilhões de dólares anuais adicionais para todos os países implementarem a Agenda de Desenvolvimento Sustentável. Aí se pergunta: por que tanto recurso para se implementar uma agenda? Porque uma das questões principais é que, como já colocado pelo Embaixador Marcondes, pelo Haroldo e por outros representantes da Mesa, essa é uma agenda de transformação, de mudança de paradigmas. Não podemos continuar com o processo de crescimento e desenvolvimento econômico da mesma maneira que estamos fazendo durante todo o século XX, quando o crescimento econômico era extremamente importante para que, segundo a tese liberal, quando a maré enche, todos os barcos se elevam. Então, isso seria uma forma de distribuição de recursos e riquezas pelo mundo.

O que aconteceu, diante do estudo feito pelo economista francês Thomas Piketty, que ficou muito famoso no ano passado, é que, segundo ele, no século XX, com a expansão exagerada, acelerada do sistema financeiro, muitos desses recursos que poderiam ter sido redistribuídos para uma economia concreta acabaram se alojando demais no sistema financeiro através de um processo de especulação, retirando esses recursos da economia concreta. O que aconteceu, na verdade, foi um aumento desenfreado de desigualdade no mundo. Só para vocês terem ideia, nos Estados Unidos, país mais rico do mundo, no momento, há 60 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza americana. Não é a linha de pobreza da Tanzânia, de Zâmbia, do Brasil ou do Haiti, mas é a linha de pobreza americana. Então, temos 60 milhões de pessoas, neste momento, que dependem muito de ajuda governamental para sobreviver e estão vivendo nas suas favelas americanas. Diferentes das nossas favelas, não são palafitas, são os chamados parques de *trailers*.

Então, num debate este ano, em Bogotá, com o Vice-Presidente do Banco Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, o Sr. Mahmoud Muhieddine, mostrando essa situação do alto nível de liquidez e de capital que existe no sistema financeiro, ele me colocou um desafio muito forte: como atrair esse capital para a Agenda do Desenvolvimento Sustentável? Tudo bem que esse capital existe, mas não se pode forçar que esse capital simplesmente seja deslocado da sua ala



especulativa e vá para a economia concreta sem nenhum tipo de incentivo. Como fazer isso? Existem diversas maneiras. Este é um dos pontos com o qual concluirei esta apresentação.

A princípio, eu gostaria de chamar a atenção que, apesar de o sistema financeiro ser tão grande, nós estamos agora vivendo um problema de liquidez mundial. Se vocês olharem aquela curva vermelha, aquilo é a capacidade de liquidez do mundo. Ou seja, qual é a capacidade de recursos financeiros que existem no mundo para investimentos concretos na economia? Estamos com uma curva negativa pelos últimos 2 anos. Perguntamos: o que aconteceu? Há dois anos, estávamos com excesso de liquidez; dois anos depois, estamos entrando num processo de crise de liquidez. Para onde foi o capital? Parte desse capital, conforme sabemos, está agora alojado nos chamados paraísos fiscais ou nos locais em que esses capitais não precisam pagar tanto imposto. Calcula-se em torno de 20 a 25 trilhões de dólares, neste momento, estacionados em paraísos fiscais. Trazendo para a situação do Brasil, nos últimos 20 anos, em torno de 520 bilhões de dólares saíram do Brasil para os paraísos fiscais. Só para colocar em perspectiva, neste momento, 520 bilhões de dólares seria mais do que toda a arrecadação da Receita Federal, que foi de 1,3 trilhão de reais. Só em 2014, 36 bilhões de dólares saíram do Brasil e foram para paraísos fiscais, de acordo com uma organização internacional chamada Global Financial Integrity, que fez uma pesquisa sobre fluxos ilícitos de capitais. Essa instituição constatou que 36 bilhões de dólares saíram ilicitamente do Brasil.

Quando falo de fluxo ilícito de capital de um país, não me refiro apenas a pessoas que estão lavando dinheiro ou recursos de corrupção. Muitos desses fluxos ilícitos de capital saem através de procedimentos contábeis de grandes empresas transnacionais. Essa é uma maneira de se retirar recursos do país. Por isso, é preciso haver mais fiscalização.

A arrecadação de 2015, para se ter uma ideia, foi 1,2 trilhão de reais.

Aqui, mais uma vez, apresento os três anéis que são superimportantes para a mudança de paradigma. Precisamos mudar o paradigma de desenvolvimento.

Durante todo o século XX, pensávamos em investimento simplesmente dentro do viés econômico — não importava a questão social, não importava tanto assim a



questão ambiental. O viés econômico e o crescimento econômico eram as coisas mais importantes em todo o processo de política liberal, neoclássica ou keynesiana. Várias escolas se baseavam no processo de crescimento econômico.

A Agenda para o Desenvolvimento Sustentável muda esse pêndulo para que prestemos mais atenção nas questões sociais e ambientais, porque o crescimento econômico por si só não foi — e isso está comprovado em números — suficiente para a diminuição da desigualdade. Muito pelo contrário, foi impulsionador para o aumento da desigualdade.

Então, no que nós precisamos pensar? No desafio de externalidades e de sustentabilidade.

Temos aqui a foto daquele que foi considerado o maior desastre ambiental do País e talvez do mundo e que ainda não está resolvido, ainda está em processo lento de tentativa de resolução. Refiro-me ao rompimento da barragem em Mariana. Todo mundo sabe o que aconteceu.

Essas fotos são simplesmente para chocar. Essa imagem é de quando a barragem de Mariana alcançou o litoral do Espírito Santo. Depois ela continuou avançando de maneira extrema e causando estragos não só em termos ambientais, como também em termos econômicos e sociais.

Todos aqueles Municípios que dependem do Rio Doce agora estão passando por um processo de reavaliação da sua possibilidade de desenvolvimento econômico local. Isso é muito complicado.

O que nós precisamos mudar no paradigma de desenvolvimento? Todos os projetos, principalmente os grandes projetos, os megaprojetos, os projetos de infraestrutura não poderão mais ser aprovados sem as dimensões sociais e ambientais serem consideradas dentro desse projeto — e muito bem consideradas!

Quando eu falo que esses aspectos têm que ser considerados, não uso simplesmente uma palavra bonita em parágrafo bem escrito. Estou falando de recursos. Estou falando em colocar o recurso onde a boca está. Não adianta só falar. É preciso alocar recursos.

Qualquer novo orçamento público no Brasil, a partir dessa mudança de paradigma, precisa incluir os objetivos de desenvolvimento sustentável. É absolutamente insustentável que hoje em dia um Município faça, por exemplo, um



planejamento orçamentário e não inclua dentro no processo de formação desse planejamento as questões sociais e ambientais juntamente com as questões econômicas. Isso é uma regra de todos os órgãos públicos. Alegro-me muito saber que o TCU está engajado de forma contundente, desenvolvendo uma metodologia para isso. A partir do ano passado, a tendência, que não é natural, mas precisa ser cada vez mais exercitada, é de utilização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como uma baliza de investimento, seja ele econômico, social ou ambiental. Os poderes públicos precisam estar muito atentos a isso, porque qualquer coisa diferente disso vai inevitavelmente gerar retrocessos. Por exemplo, a PEC 241 da Câmara já os está apontando.

É incrível que, de repente, tenhamos um processo — entre aspas — de congelamento. Eu sei que não é congelamento, porque há todo um processo de indexação. Nós temos uma cultura econômica no Brasil que adora indexação. Por sinal, um dos problemas de nossa economia é o excesso de indexação. Lembro que, nos anos 80 e 90, quando havia correção monetária, gerou-se uma hiperinflação.

O que acontece? Quando se indexa um investimento público em duas áreas extremamente essenciais para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, como educação e saúde, o que se está fazendo? De certa forma, está-se comprometendo 20 anos de investimentos consistentes nessas áreas e indo de encontro justamente à agenda. É um contrassenso nesse sentido. Então, a nossa mudança de paradigma significa mudança de prioridades. Nós precisamos pensar melhor em que vamos colocar nossos recursos, principalmente os recursos financeiros públicos.

Por exemplo, há um paradigma de investimento aqui em relação à usina de Belo Monte. Eu estou aqui fazendo uma citação em relação a algo que o Rubens, do Fórum Brasileiro de Organizações, que trabalha com meio ambiente, relatou. Por exemplo, a usina de Belo Monte, que até agora custou em torno de 30 bilhões de reais, pode gerar, no máximo, 11 megawatts/hora de energia. Neste momento, está gerando apenas 4, mas pode gerar 11, no máximo, com um investimento de 30 bilhões reais. Se investíssemos, por exemplo, 12 bilhões de reais, através de qualquer tipo de incentivo governamental, de recursos públicos para a substituição



de energia elétrica para energia solar, nós teríamos um parque instalado de 20 megawatts/hora. Há um detalhe muito interessante nesse cálculo, que é o seguinte: 18 megawatts/hora no Brasil são consumidos apenas para aquecer a água do chuveiro elétrico. Então, para tomarmos banho quente, nós utilizamos 18 megawatts/hora. Belo Monte não é capaz de fornecer isso. No entanto, se houvesse incentivos para que todos os edifícios, casas, fazendas, sítios, chácaras, etc., tivessem pelo menos uma ou duas placas fotovoltaicas para captar energia solar, nós teríamos condições de não só alimentar o chuveiro elétrico como também liberar esses 18 megawatts/hora de energia do parque instalado de energia do País. Ou seja, não seria nem sequer necessária a construção de Belo Monte. É claro que a construção de Belo Monte tem também todas as suas externalidades: um lago enorme e outras coisas mais que os fatos depois nos darão.

No Brasil, um detalhe interessante é o seguinte: o Estado é o nosso maior agente econômico. Nós não podemos tirar o Estado, nós não podemos simplesmente negligenciar essa importância. Dentro desse tamanho do Estado brasileiro, por exemplo, 65% do PIB estão atrelados a uma dívida pública. Isso, comparado a países desenvolvidos, não é tão alto assim, quando se pensa, por exemplo, que o Japão tem 230% do seu PIB atrelados à dívida pública. Então, todo o seu PIB anual não será suficiente para pagar a dívida pública japonesa, mas são parâmetros diferentes para países diferentes. No nosso caso, por exemplo, 35% do PIB brasileiro é de participação do Estado.

Então, o nosso Estado é incrivelmente importante, é um agente econômico extremamente importante para a nossa economia, contrariamente aos dogmas e às teorias liberais e neoliberais que dizem que a melhor coisa é o mercado de competição, a mão da competição do mercado

Acabou de sair, nos Estados Unidos, um livro chamado *A Economia Concreta* ou *Concrete Economics*, que tem como uma das teses principais o seguinte: “*A mão invisível do mercado não sobrevive sem o braço do Governo*”. Uma mão sozinha não vai fazer muita coisa.

Isso aqui seria apenas uma dissecação do que é o sistema financeiro. Por exemplo, o endividamento do Estado de 65% do PIB. Esses títulos são vendidos para os bancos, para as corretoras, para os fundos de pensão, para as seguradoras.



Esses títulos são depois revendidos para empresas, para famílias, para indivíduos, ou seja, o sistema financeiro não é um mal em si. A questão é que precisamos utilizar esses recursos que existem no sistema financeiro para trazer de volta para a economia concreta, principalmente na mudança de paradigma para a economia de desenvolvimento sustentável e não simplesmente uma economia isolada de crescimento econômico.

Isso aqui é apenas um detalhe. Um dos custos maiores que acontece no Brasil — eu aponto isso como um dos momentos da nossa crise econômica atual e principalmente da crise fiscal —, por incrível que pareça, tem um grande componente da corrupção, porque não tivemos retorno no investimento feito no País. São 10 anos de investimento público no País. Muitos desses recursos — agora sabemos — foram desviados por vários caminhos. Como não tivemos esse retorno no investimento, temos agora uma crise econômica em que não há produtividade. Por isso, as nossas indústrias estão falhando e não temos mais capacidade de produzir aquilo que produzíamos há 5 anos.

Isto é apenas um gráfico.

Para concluir, essas são algumas direções que podem facilitar a mobilização de recursos e implementar os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil de uma maneira bastante responsável.

Criar incentivos de financiamento para o desenvolvimento sustentável. Ou seja, o Governo precisa criar incentivos para a mudança de paradigmas. A mão invisível do mercado não vai fazer isso por si só, principalmente num País como o nosso.

Precisamos de transparência e regulação nos contratos de PPPs. Por exemplo, durante a Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento as parcerias público-privadas foram apontadas como uma das soluções para implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. No entanto, aqui no Brasil, nós temos uma prática de opacidade nesses contratos. Então, nós precisamos de mais transparência nesses contratos, de mais *accountability*, como se diz, quer dizer, prestação de contas, rendição de contas desses contratos. Precisamos de monitoramento com participação da sociedade civil organizada, organizações com práticas, experiência de fazer esse processo de



monitoramento de orçamentos públicos, de gastos públicos e não deixar apenas para o TCU, que é um órgão extremamente importante, mas a sociedade civil independente também precisa fazer parte desse processo de monitoramento.

Captação de recursos públicos para além do ciclo de endividamento. Como podemos fazer isso? Como podemos captar recursos públicos para além do processo de emissão de títulos de dívida pública no Brasil? Uma das formas está ali no último ponto: a tributação sobre as transações financeiras. No Brasil, nós já temos o IOF — e com isso eu concluo —, que é o Imposto sobre Operações Financeiras, mas só um detalhe. Desde 2012 as alíquotas do IOF para as transações de ações e de derivativos estão zeradas. Nos últimos. Nos últimos 2 meses, nós tivemos um *rally*, como se chama no meio financeiro, na BMF&BOVESPA, que saiu de praticamente 38 pontos e já está em 62 mil pontos.

A quantidade de transações que foram feitas nesses 2 últimos meses na BOVESPA, por exemplo, teria gerado mais de 1 bilhão de reais de recursos, simplesmente com uma taxa de 0,05% sobre essas transações, não só sobre o ganho de capital nas transações das ações, mas também sobre as próprias operações financeiras.

Então, precisamos, cada vez mais, demandar do sistema financeiro a sua função primordial, que é justamente gerar capital para investimentos concretos na economia.

Termino a minha apresentação aqui. Há só um último ponto do qual eu havia me esquecido. A nossa proposta é que parte dos recursos do IOF, parte dos recursos tributados do sistema financeiro seja direcionada para um fundo específico para alimentação e, consistentemente, em investimento na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Sobre o saneamento básico, por exemplo, a grande pergunta é: como nós podemos fazer do saneamento básico algo atrativo para investimento e que não seja simplesmente custo? Precisamos exercitar isso. Precisamos pensar em maneiras para que esses investimentos sejam consistentes e não parem. Quando paramos os processos de investimento, a retomada acaba sendo duas ou três vezes mais cara do que foi no início. Então, nós precisamos de consistência e de continuidade. Para isso, nós precisamos ter um mecanismo de mobilização de recursos que seja



consistente e também contínuo. Ou seja, tributação é a forma soberana de o Estado manter a sua captação de recursos de forma consistente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Cláudio.

Quero convidar a Sra. Adriana Maria Magalhães de Moura, técnica de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, para completar esta Mesa.

Passo a palavra agora para a Sra. Maitê Gauto, Líder de Políticas Públicas da Fundação ABRINQ — Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos. O seu tempo é de 10 minutos.

A SRA. MAITÊ GAUTO - Bom dia a todos e a todas! Eu quero agradecer ao Deputado Nilto Tatto pelo convite e pela liderança de promover um dia de atividades sobre o desenvolvimento sustentável aqui na Câmara, num momento em que todas as atenções estão voltadas para outros temas. Como já foi dito aqui por mais de um dos colegas da Mesa, nós já estamos no final do primeiro ano de implementação dos ODSs e precisamos avançar.

Então, chamar a atenção e envolver outros atores dentro desse processo é fundamental. A iniciativa da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de acolher a demanda da sociedade civil em realizar esse evento é muito salutar e, com certeza, vai contribuir para o encaminhamento do processo de implementação.

Nós começamos o processo de implementação, o monitoramento, com uma boa notícia, que é o fato de que o Brasil já produz dados em quantidade e em qualidade compatíveis com as 169 metas e os 231 indicadores dos ODSs que existem hoje.

Nós fizemos um levantamento, a partir da lista final dos indicadores que foram divulgados pela Comissão de Estatística da ONU, e o comparamos com os dados oficiais disponíveis para consulta pública. O resultado a que chegamos é esse que aparece no eslaide que os senhores estão vendo.

O que está entre parênteses é a quantidade de indicadores globais, e o número que está do lado de fora é a quantidade de indicadores já disponíveis no



Brasil, que vão servir para o monitoramento do cumprimento das metas nos diferentes indicadores.

Os objetivos da contagem dos indicadores em vermelho indicam que ou nós temos menos indicadores do que seria necessário, do que vai ser cobrado do ponto de vista de prestação de contas internacionais; ou que são indicadores que não se aplicam à realidade brasileira — e aí é preciso um olhar muito detalhado; infelizmente não dá tempo de apresentá-los aqui; ou que são de fato objetivos em que nós vamos ter, sim, um desafio de monitoramento, como o objetivo 16, por exemplo, que tem uma série de métricas diferentes da dos indicadores que nós temos no Brasil.

Nós temos muitos indicadores de medição de violência, por exemplo, mas não temos um indicador que meça a sensação de segurança das pessoas ao andar na rua e a quantidade de pessoas que pagaram suborno em interações com agentes públicos.

Então, nós temos o desafio de olhar para esses indicadores e ver o que ainda precisamos construir de métrica, a fim de conseguirmos demonstrar o marco zero, o ponto inicial da implementação e o quanto avançamos no cumprimento desses objetivos e das metas específicas ao longo dos 15 anos.

Também é importante dizer que tudo o que está em vermelho — quem olha para temas específicos pode ficar preocupado — indica as deficiências que temos em monitorar as inovações das políticas públicas, como os indicadores de meio ambiente, os indicadores que medem corrupção e transparência nas parcerias globais e parcerias multissetoriais. Esses indicadores não fazem parte da tradição estatística do Brasil, digamos assim.

Se nós olharmos os objetivos mais sociais, veremos que contemplamos muito bem a grande maioria deles. Essa é, sim, uma boa notícia para a discussão do monitoramento dos ODS.

Como também já foi dito aqui, um dos princípios da agenda é não deixar ninguém para trás. Para que isso aconteça, o Brasil ainda precisa investir bastante na desagregação dos dados, tanto do ponto de vista de faixa etária, de gênero, quanto do ponto de vista de território e das mais diferentes diversidades, a fim de que consigamos identificar onde estão os mais desfavorecidos. Desse modo, o



planejamento das políticas poderá focar nesses grupos mais vulneráveis. Na verdade, a agenda é ampla para contemplar os mais vulneráveis e os que não estão em posição tão desfavorável, mas o progresso na *performance* dos indicadores ainda pode ser muito melhorado.

É fundamental pensarmos nisso, porque uma das grandes questões que eu enxergo como benéfica e inovadora na agenda dos ODS é o fato de ela ser centrada nas pessoas. Sendo assim, precisamos conseguir medir o impacto que os governos, a sociedade civil e os diferentes atores vão ter na vida das pessoas. É como se dissesse que, se não houver melhora na vida das pessoas, o que houver de progresso, de ganho econômico, de desenvolvimento industrial, de meio ambiente não vai fazer sentido, porque ainda assim a vida das pessoas vai continuar ficando em segundo plano ou elas vão continuar sendo prejudicadas.

É fundamental, a partir desse olhar desagregado dos dados, conseguirmos definir as matrizes de metas nacionais e subnacionais para implementação. Diferentemente dos ODM, os ODS não têm metas definidas para muitas das metas. Eles são números que poderão ser definidos a partir do contexto nacional de cada país. Esse é um processo que precisamos fazer também rapidamente para não se perder o *timing* de planejar políticas para os próximos anos. Precisamos definir aonde queremos chegar, para conseguirmos desenhar uma rota de políticas, de investimentos e de medidas a serem tomadas.

Também são importantes as questões da intersetorialidade e da transversalidade das políticas. Do ponto de vista do monitoramento, um dos principais desafios que enfrentamos no País é o de como monitorar as políticas intersetoriais, que são completas e interdependentes. Como monitorar se o crescimento econômico e as mudanças no padrão de consumo estão afetando ou não as metas de mudanças climáticas? Como monitorar se as ações de erradicação da violência estão impactando as medidas de combate à pobreza e de incentivo à educação? De que maneira ocorre a interdependência entre as ações. O fato de ser uma agenda integral significa que temos de olhar para tudo, não só pensar em políticas para todos, mas também pensar no impacto que tem cada uma dessas ações dentro do conjunto das políticas.



Diante de uma agenda tão ampla, temos a questão da interdependência dos impactos e o desafio da coordenação dos diferentes atores que vão precisar atuar para que o desenvolvimento que se promove no Brasil seja de fato sustentável. A governança de multiatores, pensando nos três níveis de governo, tem que coordenar secretarias e Ministérios, para que as ações sejam efetivas do ponto de vista do cumprimento das metas.

Do ponto de vista das parcerias, como coordenar uma interação entre Estado, setor privado, sociedade civil e outros atores que podem vir a contribuir com o processo? Essa é uma engenharia complexa e com a qual o Brasil já vem se debatendo e buscando enfrentar há algum tempo. Talvez, muito provavelmente, a agenda dos ODS seja uma grande oportunidade para se construir essa governança articulada e esse olhar para políticas públicas de maneira integral e transversal.

Muitas vezes, escutamos dos diferentes atores que, diante de uma agenda tão grande, tem que se priorizar — como o Haroldo colocou — as caixinhas. É natural que as pessoas, as instituições olhem apenas para a caixa com a qual se identifiquem mais.

Este também é um grande desafio: uma agenda centrada nas pessoas. Por exemplo: como se pode olhar para uma criança em situação de vulnerabilidade, vítima de violência, olhar para a qualidade da escola, e não se levar em consideração a saúde, a proteção social, de maneira mais ampla, para se entender quais os diferentes fatores que fazem com que aquela criança esteja em situação de vulnerabilidade?

Então, o desafio é como priorizar sem perder esse olhar integral para a política. Este é o desafio maior do monitoramento: como acompanhar diferentes atores e diferentes ações para entender se aquele conjunto de coisas está funcionando sob o ponto de vista da produção, do impacto e do cumprimento das metas.

O sucesso do monitoramento depende da estruturação da implementação, que tem de ser calcada nas metas e indicadores. A elaboração de políticas e programas deve estar orientada pelas metas e pelos indicadores. O que um governo, seja estadual, seja municipal, seja federal, vai propor para atingir aquela



meta? Que mecanismos ele vai precisar desenvolver ou fortalecer dentro da sua esfera de atuação para atingir aquela meta e chegar àquele indicador definido?

Também do ponto de vista da implementação e do monitoramento, esse planejamento tem que estar nos planos plurianuais e nas Leis Orçamentárias anuais, tanto para que consigamos construir a interdependência entre essas ações e os investimentos que estão sendo feitos como para garantir a qualidade desse investimento — qualidade no sentido de eficiência, de efetividade, de que se está investindo tantos milhões num programa — e se saber qual o retorno que se está dando à sociedade com o cumprimento dessas metas.

Isso tudo é muito importante porque orienta a tomada de decisão política. Esse monitoramento, esse acompanhamento do cumprimento do PPA e das Leis Orçamentárias vinculadas aos programas e políticas que estão sendo implementados permite a correção de rota. Se virmos que estão sendo feitos investimentos ou sendo desenhadas políticas que não estão respondendo aos desafios, nós, sociedade brasileira, temos o dever moral e cidadão de reformar o programa, de acabar com ele ou de ampliá-lo, para que consigamos cumprir as metas. Só conseguiremos fazer isso de maneira consciente e responsável se o monitorarmos.

Então, nós precisamos de todos esses instrumentos de monitoramento elaborados de maneira qualificada e transparente. A maneira como os orçamentos são construídos é ininteligível para a grande maioria da população. Mas, construído dessa maneira, já é um passo a mais que daremos no processo de monitoramento.

Do ponto de vista político, que não podemos desconsiderar, ele facilita a construção da narrativa. Em que sentido? Pensando em que Brasil queremos em 2030, em que caminhos o Brasil vai construir para chegar a 2030 cumprindo todas as metas ou honrando a boa fama que angariou nos últimos anos ao cumprir as metas dos ODM.

Nós temos um legado a manter e um legado a superar. Esse *best case* que o Brasil virou do ponto de vista internacional é o patamar mínimo, e não podemos retroceder. Precisamos avançar.

Só para concluir, é preciso um olhar para aqueles que são os atores-chaves da implementação do monitoramento nos ODS. A Comissão Nacional vai ter um



papel fundamental na integração da agenda e na coordenação das ações, porque vai elaborar planos, relatórios. A sociedade civil estará presente, participando da discussão. E também existe uma questão focada no Governo Federal, que é a necessidade de coordenação federativa, porque a implementação tem de acontecer nos três níveis. Nisso, os gestores públicos locais têm um papel autônomo. Eles não precisam da indução do Governo Federal para pensar os ODS na sua esfera, mas, como a avaliação e a prestação de contas é coordenada, a união de esforços para superar desafios tão grandes é fundamental. No momento em que enfrentamos uma crise financeira, uma crise política, a discussão do novo regime fiscal e a situação das contas públicas dos Municípios e dos Estados, a coordenação federativa é fundamental nesse processo, porque senão vai ficar no lugar comum.

É importante também fazer com que esses atores entendam que a agenda dos ODS é a agenda do dia a dia deles, não é uma agenda a mais, não é uma agenda externa, que vem de fora, que não tem nada a ver com eles. Ela é o cotidiano, é o dia a dia, é a política municipal de educação, é a política municipal de saúde, é a política de assistência social. Para os Estados, ela é a política de segurança, entre outras coisas.

O Sistema Nacional de Estatísticas, mais liderado pelo IBGE e pelo IPEA, vai fazer o monitoramento dos indicadores. E, como já foi dito aqui por outros colegas, é importante construir diálogos, fazer a interlocução com a sociedade civil nesse processo, porque a criação técnica dos indicadores tem que ser técnica, sim, ela não é política. Mas a definição dos indicadores tem o lado político do que vai ser importante monitorar, e, neste ponto, a sociedade civil tem muito a contribuir. Esperamos conseguir estruturar esse diálogo para os próximos anos.

A sociedade civil tem as suas ações independentes, mas também, há muitos anos, vem fazendo um esforço para construir um diálogo com o Governo e com as diferentes instituições nas diferentes esferas. Esse diálogo é pautado na construção de soluções, de alternativas e de modelos que funcionem do ponto de vista do alcance e da melhoria da *performance* dos indicadores.

O setor privado entra para esta agenda como um ator muito estratégico — muitas vezes, no discurso — do financiamento das ações. E eu acho que pode ter, sim, esse papel, mas é importante que o setor privado também faça uma reflexão



sobre como pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, além do dinheiro e do pagamento de conta.

Muitas vezes, ficamos restritos a esse debate, olhando para o setor privado apenas como fonte de recursos, e ele é um agente que pode ser fundamental nesse processo a partir das suas próprias práticas, independentemente do recurso. Precisamos chamar a atenção para isso.

E o Congresso Nacional, por diferentes razões, como já foi dito, neste cenário de crise econômica, nas discussões que acontecem sobre as Leis Orçamentárias, será a peça-chave neste processo de alocação dos recursos e de priorização das políticas focadas no desenvolvimento sustentável.

Deputado, também é fundamental que continuemos contando com a colaboração e, se possível, com a liderança da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. É preciso chamar os outros Parlamentares, a Comissão de Educação, a Comissão de Segurança Pública, a Comissão de Cultura e as demais Comissões para discutirmos esta agenda.

Na Fundação, fazemos o monitoramento das pautas que tramitam no Legislativo a respeito das questões relacionadas às crianças e aos adolescentes. E é importante termos este olhar do desenvolvimento sustentável para as proposições legislativas que estão em tramitação na Casa: *“O PL tal vai contribuir positiva ou negativamente para o cumprimento dos ODS?”*; *“Serão aprovadas leis que fomentam o bom desenvolvimento ou que colocam mais entraves e reforçam desigualdades?”*

Este papel é uma prerrogativa do Congresso Nacional. E contamos não só com o Governo Federal, com os Executivos Estaduais e Municipais no cumprimento da agenda, mas também com os Parlamentares do Congresso Nacional, para que sejam criadas condições legais e institucionais para o melhor desenvolvimento da agenda.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Maitê Gauto.

Passo a palavra à Sra. Adriana Maria Magalhães de Moura, Técnica de Planejamento e Pesquisa do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, por 10 minutos. Obrigado por ter aceitado o convite.



A SRA. ADRIANA MARIA MAGALHÃES DE MOURA - Inicialmente agradeço o convite feito ao IPEA. Esta questão é do âmbito da Presidência do IPEA. Estou aqui representando o Presidente e o Diretor Alexandre Ywata. Eu sou Coordenadora de Meio Ambiente da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanos e Ambientais — DIRUR.

Vou focar mais no papel do IPEA, porque vocês já viram um pouco desse pano de fundo do que são os ODS.

Só para fazer uma retrospectiva, desde a época dos ODM, o IPEA tem sido o responsável pela elaboração dos relatórios. E muitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão relacionados aos ODM. Então, o IPEA tem tido esse papel na elaboração dos relatórios desde os ODM.

Por curiosidade, se vocês quiserem ver, esse foi o comprimento dos ODM. O Brasil, como foi ressaltado, cumpriu bem os ODM propostos. O ano-base dos ODM foi 1990, apesar de ter iniciado em 2000, e o término, em 2015.

Então, não vou passar detalhes, mas, de forma geral, o Brasil conseguiu avançar bastante, teve um bom resultado em relação aos ODM.

O ano-base dos ODS é 2016, nós estamos iniciando agora. Eles terão duração prevista até 2030.

Como já foi dito, em 2016 foi criado, no âmbito da Comissão de Estatística da ONU, o Grupo Interagências e Peritos sobre os Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável, que aprovou 231 indicadores globais.

É importante dizer que, mesmo com os indicadores globais, muitos países não têm informações suficientes — não é só o Brasil. É uma questão em que muitos países precisam se organizar. É isso que está escrito nesse parágrafo da ONU sobre os ODS, que ressalto: “(...) *as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento de cada nação, além de respeitar as suas políticas e prioridades nacionais.*” É uma forma de o mundo acompanhar o que os países estão realizando nessa agenda considerada relevante. É uma forma de todos os países não fazerem um *ranking*, mas terem uma forma mais transparente de comparar como cada país está avançando em relação a esses objetivos.

Agora vou falar um pouco mais sobre o IPEA.



A agenda contém 17 objetivos e 169 metas. É uma agenda complexa para se acompanhar e monitorar, por meio de indicadores, até 2030.

É interessante ressaltar que não há uma obrigatoriedade de se cumprir os ODS. Eles são considerados como incentivo para que esses países trabalhem nessas metas. Mas eles são diferentes, por exemplo, de um acordo de mudanças climáticas, onde o Brasil coloca uma meta e tem obrigação de cumpri-la. Cada país deve mostrar os seus avanços, mas não existe uma obrigatoriedade no cumprimento de metas. Para o Brasil, é uma oportunidade de estruturar melhor o seu sistema de monitoramento e de avaliação de políticas públicas.

No IPEA, nós trabalhamos muito com monitoramento e avaliação de políticas públicas. Agora o IPEA está não só no decreto que cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas também no que está sendo formulado para criar uma Comissão de Avaliação de Políticas Públicas.

Então, o IPEA está se voltando cada vez mais para assessorar o Governo nessa questão da avaliação das políticas públicas. E nós vemos a deficiência de indicadores e de informações para esse monitoramento. Em muitas áreas, como foi ressaltado aqui pela Maitê, já existe uma tradição. O IPEA trabalha atualmente com várias agendas. Além do tema economia, ele também trabalha com temas ambientais, sociais — possui uma diretoria social. Tanto o IBGE quanto o IPEA possui muitas informações sociais, já têm tradição de trabalhar nisso. Mas, em relação aos indicadores ambientais, há uma grande deficiência.

Só para exemplificar, como vocês sabem, nós fazemos monitoramento florestal sistemático apenas do bioma amazônico. Quanto aos demais biomas, nós temos informações não tão sistemáticas, anuais.

Então, sem esse monitoramento básico, que é um papel também do IBAMA, de todas as instituições produtoras de informação, o IBGE não produz informação. Ele faz pesquisas, mas precisa também existir um monitoramento local para a questão ambiental, para que ele possa gerar esse dado. Nesse contexto, nós precisamos cada vez mais de informações.

Nós já tivemos uma reunião com o IBGE sobre isso. Para cada objetivo, nós vamos ter uma contrapartida do IPEA e do IBGE para trabalhar com cada um dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Nós estamos numa situação difícil em



termos de recursos. Só para dar um exemplo, o Censo Agropecuário está comprometido, pois o IBGE não vai realizá-lo. Então, sem essas informações básicas, este é o momento de se colocar a questão dos ODS, da agenda. E há a necessidade de gerar essas informações, porque senão não vamos ter como gerar indicadores e informações confiáveis.

Portanto, o direcionamento de recursos para o IBGE fazer essas pesquisas seria uma prioridade. O Congresso poderia ajudar nisso, porque realmente, sem essas informações básicas, não teremos como fazer análise. Estamos com uma deficiência de 10 anos de informações. O que ficou acordado é que o IBGE vai lidar com a parte de geração de estatísticas, de indicadores, e o IPEA, com a parte de análise e de produção de relatórios.

Agora vou falar um pouquinho do decreto presidencial que coloca o IPEA e o IBGE como órgãos assessores e permanentes da Comissão Nacional, cujo plano de ação está sendo estruturado agora.

A Comissão Nacional, daqui para frente, terá um papel bem complexo e intensivo. Ela terá 90 dias para elaborar o plano de ação para implementação da Agenda 2030. Então, o IPEA e o IBGE, como assessores, estão trabalhando nisso também. Há uma agenda bem complexa.

Essas são as competências da Comissão Nacional, conforme está estabelecido no decreto — tudo isto vai precisar de uma agenda bem intensiva a partir de 2017: promover a articulação com órgãos e entidades públicas das unidades federativas; elaborar subsídios para discussões, envolvendo todos os níveis de Governo, Federal, Estadual e Municipal, como a Maitê colocou.

Então, para quem não sabe, a composição da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável terá representantes dos seguintes órgãos: Presidência da República, que será responsável pela Presidência da Comissão — o Presidente será um representante da Secretária de Governo; Casa Civil; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério do Meio Ambiente. Ela terá também um representante, titular e suplente, dos Governos Estadual, Distrital e Municipal; e oito representantes, titulares e suplentes, da sociedade civil. Como foi falado, o IPEA e o IBGE serão assessores da Comissão.



No entendimento do IPEA, o Governo brasileiro precisa começar a se estruturar imediatamente para o próximo relatório sobre os ODS, que precisa ser apresentado em setembro de 2017. Como foi falado, nós não temos muitos indicadores para a produção desse relatório. Então, precisamos trabalhar esses indicadores e a sua tropicalização, que é uma adaptação. Esses indicadores foram colocados em âmbito global. Quais são as informações que nós temos no Brasil que podemos adaptar a esses indicadores? Esse processo também precisará ser definido já no início de 2017, para que nós possamos ter esse primeiro relatório dos ODS em setembro de 2017.

Como foi feito nos ODM, é preciso que haja um Prêmio Brasil ODS, que será um incentivo para que as políticas públicas caminhem em direção aos ODS. O objetivo dos ODS não é simplesmente monitorar, mas também incentivar as políticas públicas a focarem nessa agenda.

O IPEA está organizando juntamente com o PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento uma plataforma, que vocês podem acessar, para o monitoramento dos ODS. Por enquanto nós temos nessa plataforma as informações mais gerais sobre os ODS. Mas vocês podem acompanhar nela todas as reuniões, todos os seminários, tudo o que está sendo proposto em relação aos ODS, tanto em âmbito nacional como internacional.

Então, na plataforma estão os objetivos e as informações que nós temos até o momento. Isso está sendo feito em conjunto com o IPEA e com o PNUD. Aos poucos essa plataforma também será incrementada com outras informações disponíveis da agenda, como o detalhamento dos indicadores. A plataforma é uma forma eficiente de vocês acompanharem tudo o que já está sendo proposto em termos de eventos. Tudo o que está sendo colocado nessa plataforma vocês podem acompanhar neste endereço: www.agenda2030.com.br.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Adriana.

A SRA. ZULEICA GOULART - Deputado, V.Exa. poderia conceder-me 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Sim.



A SRA. ZULEICA GOULART - Eu sei que nós estamos atrasados, mas gostaria de reforçar a proposta da Maitê de envolver as demais Comissões, já que nós estamos falando dessa agenda integrada. O Deputado Vicentinho já está aqui. Eu acho que esse vai ser um dos papéis da Frente Parlamentar. Estamos à disposição para contribuir.

Gostaria de fazer uma solicitação. Como eu sei que ficam registradas todas as apresentações no *site* da Câmara, gostaria que a Comissão — acho que posso fazer o pedido em nome das organizações aqui presentes — encaminhasse um *e-mail* a todos os Deputados com as apresentações feitas aqui hoje e falasse da iniciativa da Frente Parlamentar e do convite a todos os Deputados para integrarem e participarem mais ativamente da mobilização pelo avanço dessa Agenda 2030.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Como a Zuleica disse, está aqui conosco o Deputado Vicentinho, Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Objetivos do Milênio, que, na sequência, terá a oportunidade de anunciar o lançamento dela.

Eu queria fazer algumas considerações antes de encerrar essa primeira parte do seminário de hoje. Vou publicar os objetivos dentro daquilo que temos possibilidade de fazer pela Câmara. Entendo que a Frente Parlamentar vai ter papel fundamental para viabilizar esse processo de mobilização dos Parlamentares e fazer com que isso entre na agenda do Parlamento. Esse é um desafio muito grande não só para o Deputado Vicentinho, mas também para mim, que estou junto com ele, e para outros Parlamentares.

Queria debater um pouco sobre o que vi hoje de conteúdo. Dá para pensarmos na implementação dessa agenda. Primeiro, é preciso reconhecer que a elaboração, no âmbito geral da ONU, do processo de construção dos objetivos do desenvolvimento sustentável, como foi dito aqui, avançou em relação àquilo que foi a construção dos objetivos do milênio.

Portanto, a possibilidade de avançar na implementação dela, no âmbito geral, é muito maior na medida em que, no processo de construção, houve uma participação maior do conjunto dos atores, seja do poder público, seja da sociedade civil, seja do setor empresarial.



Nós temos essa possibilidade se formos pensar nos desafios que estão colocados do ponto de vista do planeta. Como foi dito, é preciso entender a diversidade de cada país, a situação de cada país, o momento histórico de cada país, a situação de desenvolvimento de cada país; é preciso dialogar com cada país. Mas é claro que, do ponto de vista do planeta e de cada país, não dá para aceitarmos esses indicadores que o Claudio acabou de colocar aqui. A relação entre os países do norte — países ricos —, e os países em desenvolvimento não pode permanecer. A relação sul-sul precisa ser priorizada nessa estratégia.

Eu estou dizendo que a união e a articulação dos países pobres, para acabar e para diminuir essas diferenças na relação internacional, são fundamentais se quisermos encarar esse desafio que está colocado. Mas essa diferença na relação entre os países do norte e os do sul precisa diminuir, inclusive dentro de cada país, especialmente no Brasil.

Não dá para entendermos um país que é sexta, sétima, oitava economia mundial, mas cuja classificação do ponto de vista da distribuição de renda é uma das piores do planeta.

Nós não vamos ter desenvolvimento sustentável se não enfrentarmos esta questão que está colocada. Não há possibilidade de enfrentarmos os grandes problemas ambientais se não estivermos casados no enfrentamento dos problemas sociais, no problema da distribuição de renda. Não é possível haver entendimento, quando se fala que o PIB financeiro do País é 70 vezes maior do que o PIB real do Brasil. Não é possível isso!

Digo isso porque nós precisamos também entender algo. O Brasil avançou em relação aos Objetivos do Milênio? A Sra. Adriana apresentou umas informações. Talvez, de todos os países do Sistema ONU, o Brasil seja o que mais avançou, do ponto de vista da implementação dos Objetivos do Milênio. Nós avançamos por quê? O que nós fizemos para avançar? Nós estamos avaliando o que fizemos para avançar nesses objetivos, na hora de pensar, agora, em implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ODS?

Quero fazer referência a como isso apareceu aqui na mesa. Nós avançamos porque nós criamos uma série de políticas que colocaram a população vulnerável,



os mais pobres, no Orçamento do País. Nós tivemos coragem, aqui no Brasil, de colocar os pobres no Orçamento.

Contudo, neste momento atual, quando dialogamos sobre facilitar aos setores empresariais — e quero chamar atenção para isto — para que sigam em outra perspectiva que não seja a do desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental, a primeira medida que esta Casa aprovou logo depois do golpe foi uma medida provisória chamada Programa de Parcerias de Investimento (PPI) — acho que é este o nome —, que retira dos representantes do Estado que cuidam das políticas públicas das populações vulneráveis o papel de fiscalizar e de orientar, nos grandes projetos de investimento de infraestrutura deste País — Fundação Cultural Palmares, IBAMA, FUNAI — para que haja uma política de investimento e de desenvolvimento que não é aquela que vinha sendo trabalhada e gestada, que seguia o caminho do desenvolvimento sustentável.

No mais, como foi dito aqui, a PEC 55 no Senado — antes, PEC 241 — está na perspectiva de destruir muitas das políticas que deram certo para avançarmos nas metas e nos Objetivos do Milênio, pois as interrompe. Não vou detalhar todas aqui, mas vou citar outro exemplo, coisa que esta Casa já votou e já aprovou. Quando pensamos, do ponto de vista estratégico, no significado do investimento em educação e no dinheiro da maior riqueza que o País descobriu, para entendermos o significado dessa riqueza, vou exemplificar. Eu estava ontem conversando com um amigo da Noruega. Na década de 70, a Noruega era o país mais pobre da Europa. O caminho que adotaram quando descobriram o petróleo lá — lá a grande riqueza não é o bacalhau, mas o petróleo — foi priorizar o desenvolvimento tecnológico e priorizar o uso dos *royalties* do petróleo, numa perspectiva de democracia intergeracional: *“A nossa geração não tem o direito de acabar com a riqueza”*. Portanto, eles criaram um fundo de investimento, pensando nas futuras gerações, porque estavam trabalhando com recurso que é finito e, portanto, com uma riqueza que é finita. E isso transformou a Noruega, que talvez seja hoje o país de melhor indicador de qualidade de vida. É o primeiro, segundo ou o terceiro. Fizeram-no com base nessa riqueza.



Nós fizemos isso, mas imediatamente depois do golpe nós aprovamos também aqui a mudança no sistema que nós adotamos para uso do pré-sal, que priorizava o investimento na educação.

O que eu quero é chamar atenção para os recursos que são canalizados para o sistema financeiro. Essa PEC 55, por exemplo, não fala nada da maior parte dos recursos arrecadados de impostos da população. Sabemos que os pobres pagam mais impostos, porque também não conseguimos enfrentar uma reforma tributária, e a maior parte dos recursos é destinada ou canalizada a esse sistema financeiro, ainda aqui. Nós não conseguimos enfrentar isso.

E essa PEC, por exemplo, nada fala sobre congelar transferência para o sistema financeiro. Fala em congelar pesquisa em desenvolvimento, que é necessária, em congelar os investimentos em educação, aquilo que é tachado como “gasto” — mas aquilo que é tachado como gasto pelo sistema, e não só pelo poder público que está aí hoje; aquilo que o setor privado, ou os economistas a serviço do setor privado, tacha como gasto.

Nós precisamos enfrentar esse debate com profundidade na sociedade. Eu conheço muito bem o campo da sociedade civil e sei quanto o setor privado avançou do ponto de vista de melhorar suas relações com o público, com a sociedade, com os desafios do desenvolvimento, de acabar com a pobreza, mas ainda é na perspectiva da esmola, não da mudança de atitude. Digo isso porque, mesmo quando debatemos a questão da corrupção, sabemos que corrupção maior está na sonegação e nesse tipo de transferência de recurso que vai para outros setores.

Estou falando isso com a clareza de quem é um militante que veio do campo da sociedade civil. São mais de 30 anos militando no campo da sociedade civil. Mas a sociedade civil também — e estou falando entre nós, entre amigos — precisa encarar os grandes desafios em profundidade, e não na superficialidade de como é feito o debate na mídia ou em setores da estrutura do próprio Estado, que inclusive tenta na sociedade canalizar o debate para esconder o debate real que nós precisamos fazer.

Para os desafios do desenvolvimento sustentável, nós não podemos abrir mão das conquistas da sociedade brasileira dos últimos 30 ou 40 anos, do ponto de vista dos direitos assegurados, do reconhecimento da diversidade cultural deste



País e do entendimento de que nós temos uma agenda para caminhar. E o principal item dela, se quisermos enfrentar a fundo as questões ambientais, é a questão da desigualdade, que temos que enfrentar. E isso passa também por uma reforma tributária, passa pelo enfrentamento de questões maiores.

E é aí que está a dificuldade: neste Congresso, a maior parte dos Parlamentares está a serviço de uma agenda que não dialoga com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ODS.

Portanto, é papel da sociedade civil ajudar, sim, nesse diálogo com a sociedade. Nós estamos assumindo esse compromisso. E com certeza o Deputado Vicentinho, quando se sentar aqui para presidir a instalação da frente, também vai colocar esse compromisso. É o compromisso que teremos de fazer esse diálogo no âmbito do Parlamento — e não só aqui dentro, mas também nos parlamentos estaduais e nos municipais. Vamos fazer o nosso papel como Parlamentares.

Mas é também é papel da sociedade civil fazer esse debate lá fora, para poder pressionar aqui dentro, porque muitos Parlamentares estão numa outra perspectiva, numa outra agenda, que coloca em risco inclusive aquilo em que avançamos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio — ODM e pode colocar em risco o intento do Brasil de levar em frente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Indago se mais alguém da Mesa gostaria de falar alguma coisa, por causa do tempo avançado. *(Pausa.)*

Agradeço aos integrantes da Mesa a participação e o atendimento ao convite.

Na parte da tarde, nós teremos uma audiência pública sobre o mesmo tema. Retornaremos às 14 horas. A partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes deste seminário estarão à disposição dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na Internet, no *link* “seminário e outros eventos”.

Em nome do Presidente, Deputado Luiz Lauro Filho, agradeço aos convidados, aos Parlamentares e aos demais presentes. Da mesma forma, agradeço aos internautas a participação.

Antes de encerrar os trabalhos, vou passar a palavra à Sra. Alessandra Nilo.



A SRA. ALESSANDRA NILO - Bom dia! Serei muito rápida. Quero somente fazer uma correção, já que os eslaides estarão disponíveis ao público.

Quero agradecer ao IPEA a apresentação e fazer uma correção: a apresentação do relatório brasileiro não ocorrerá em setembro, na Assembleia Geral. Na verdade, ocorrerá em julho, durante a reunião do High-Level Political Forum. É importante compartilharmos isso, porque diminuirá bastante o tempo e talvez os senhores já estejam se programando. Além disso, é importante fazer essa correção no eslaide, antes de socializá-lo ao público.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Pois não.

Deputado Vicentinho, V.Exa. gostaria de usar a palavra neste seminário? Logo, logo, na sequência, irei chamá-lo para assumir a coordenação. V.Exa. deseja falar alguma coisa? Nesta primeira parte do seminário, debatemos o tema *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Quero apenas desejar um bom dia a todas e a todos os presentes e lamentar o fato de eu não ter estado aqui para aprender e adquirir informações. Com a responsabilidade que irei assumir, terei que aprender muito! Mas sou um bom aprendiz. Estarei inteiramente à disposição.

Hoje aconteceram muitas coisas na Câmara: tivemos que participar de uma sessão solene em homenagem à primeira mulher Deputada da história do Brasil. Depois, eu tive que participar da Frente Parlamentar de Prevenção de Incêndios, que também está ocorrendo. E no Auditório Nereu Ramos está havendo um seminário sobre pessoas com deficiência. Como eu sou ligado a todos esses segmentos, eu precisei participar de todos os eventos. E por isso estou aqui agora. Na hora do lançamento, faremos uma conversa, não tão cansativa, mas uma conversa mais aprofundada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Deputado Vicentinho. Agradeço a todos a presença.

Nós retornaremos para a audiência pública às 14 horas, neste mesmo plenário, com o tema *A Importância da Implementação da Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil*.

Boa tarde! Muito obrigado. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.